



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO



Órgão Oficial do Município

Dia 08 de Dezembro de 2022
Lei nº 661 de 09 de Abril de 2007

Ano XVI

Nº 2485



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI Nº 1894, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2022.

"Autoriza a desafetação e a permuta de áreas públicas por área particular destinada à implantação do Parque da Matinha pelo Município de Monte Carmelo."

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a desafetar as seguintes áreas verdes da categoria de uso comum para uso dominical:

I - 01 (um) lote de terreno de nº 01 da quadra 07 (sete), com área total de 5.906,34 m², situado na Rua Mário Palmério, no Bairro Residencial Jardim Zeny II, constante na matrícula nº 31.225 do Livro 02 do Cartório de Registro de Imóveis local, de propriedade do Município de Monte Carmelo;

II - 01 (um) lote de terreno de nº 01 da Quadra 19, com área total de 632,70 m², situado na Rua Juscelino Kubitschek, no Bairro Virgílio Rosa, constante na matrícula nº 45.951 do Livro 02 do Cartório de Registro de Imóveis local, de propriedade do Município de Monte Carmelo.

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetivar a permuta das áreas públicas desafetadas por área particular de propriedade de Hélio Rosa e outros, representado pelo Condomínio Virgílio Rosa, associação privada com sede na Rua Padre Vicente Lopez Perez, nº 59, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 23.114.291/0001-44.

§ 1º A permuta terá como objeto os seguintes bens imóveis:

I - 01 (um) lote de terreno de nº 01 da quadra 07 (sete), com área total de 5.078,00 m², situado na Rua Mário Palmério, no Bairro Residencial Jardim Zeny II, a ser desmembrada da matrícula nº 31.225 do Livro 02 do Cartório de Registro de Imóveis local, de propriedade do Município de Monte Carmelo, com valor médio de avaliação estimado em R\$ 2.121.230,33 (dois milhões, cento e vinte e um mil, duzentos e trinta reais e trinta e três centavos);

II - 01 (um) lote de terreno de nº 01 da Quadra 19, com área total de 632,70 m², situado na Rua Juscelino Kubitschek, no Bairro Virgílio Rosa, conforme matrícula nº 45.951 do Livro 02 do Cartório de Registro de Imóveis local, de propriedade do Município de Monte Carmelo, com valor médio de avaliação estimado em R\$ 341.408,33 (trezentos e quarenta e um mil, quatrocentos e oito reais e trinta e três centavos);

III - 01 (uma) área de 25,2685 ha, situada na zona de expansão urbana de Monte Carmelo/MG, a ser desmembrada da matrícula nº 1.647 do Livro 02 do Cartório de Registro de Imóveis local, cuja propriedade será transferida ao Condomínio Virgílio Rosa, com valor médio de avaliação estimado em R\$ 2.462.995,13 (dois milhões, quatrocentos e sessenta e dois mil, novecentos e noventa e cinco reais e treze centavos).

§ 2º A área particular a que se refere o inciso III do § 1º deste artigo será destinada à área verde da categoria de uso comum, visando à implantação do Parque da Matinha pelo Município de Monte Carmelo.

Art. 3º O Condomínio Virgílio Rosa deverá propor o Alvará Judicial necessário à transferência da área, que será desmembrada da matrícula nº 1.647 para sua propriedade, a fim de viabilizar a permuta dos imóveis.

Art. 4º As despesas provenientes de todos os atos relativos ao aperfeiçoamento da desafetação e permuta serão suportadas pelo Município de Monte Carmelo.

Art. 5º A permuta será efetivada após o registro da transferência junto ao Cartório de Registro de Imóveis local.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 06 de dezembro de 2022.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI Nº 1895, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2022.

"Autoriza a abertura de crédito especial por superávit financeiro apurado no balanço patrimonial no exercício 2021, na forma que especifica e dá outras providências."

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, via Decreto, crédito adicional de natureza especial no orçamento do Município, no valor de R\$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais), visando à criação de dotação orçamentária conforme segue abaixo:

Órgão	02 - Poder Executivo		
Entidade	04 - Fundo Municipal Saúde		
Unidade	36 - Fundo Municipal de Saúde		
Subunidade	03 - Bloco da Média e Alta Complexidade		
Função	10 - Saúde		
Subfunção	302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial		
Programa	4005 - Saúde Integral e Humanizada para Todos		
Projeto/Atividades	2.218 - Manutenção CAPS e Residência Terapêutica		
Elemento	3.3.90.30.00.00 - Material de Consumo	Fonte de Recursos: 255 - Transferências de Recursos do Fundo Estadual de Saúde	Valor: R\$ 135.000,00

Total Geral: R\$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais)

Art. 2º Para cobertura do crédito adicional de natureza especial aberto por esta Lei, será utilizada como fonte de recurso o superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior, observada a respectiva destinação conforme especificado abaixo:

I - Fonte de Recursos: 255 - Transferências de Recursos do Fundo Estadual de Saúde;

II - Total Geral: R\$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 06 de dezembro de 2022.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI Nº 1896, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2022.

"Autoriza a abertura de crédito suplementar por excesso de arrecadação apurado no exercício corrente, na forma que especifica e dá outras providências."

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, via Decreto, crédito adicional de natureza suplementar no orçamento do Município, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil

reais), visando à suplementação de dotação orçamentária conforme segue abaixo:

Órgão	02 - Poder Executivo
Entidade	02 - Prefeitura Municipal
Unidade	41 - Fundo Municipal de Assistência Social
Subunidade	00 - Fundo Municipal de Assistência Social
Função	08 - Assistência Social
Subfunção	244 - Assistência Comunitária
Programa	4015 - Proteção Social Integral ao Cidadão
Projeto/Atividades	2.359 - Concessão de Benefícios Assistenciais Eventuais
Elemento	3.3.90.32.00.00 - Fonte de Recursos: 156 - Transf. de Recursos do Fundo Estad. de Assist. Social (FEAS) Valor: R\$ 50.000,00

Art. 2º Para cobertura do crédito adicional de natureza suplementar aberto por esta Lei, será utilizada como fonte de recurso o excesso de arrecadação apurado no exercício corrente, observada a respectiva destinação conforme especificado abaixo:

I - Fonte de Recursos: 156 - Transf. de Recursos do Fundo Estad. de Assist. Social (FEAS);

II - Total Geral: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 06 de dezembro de 2022.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**
ESTADO DE MINAS GERAIS



LEI Nº 1897, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2022.

"Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar, na forma que especifica e dá outras providências."

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, via Decreto, crédito adicional de natureza suplementar no orçamento do Município, no valor de R\$ 344.000,00 (trezentos e quarenta e quatro mil reais), visando à suplementação de dotação orçamentária conforme segue abaixo:

Órgão	02 - Poder Executivo
Entidade	02 - Prefeitura Municipal
Unidade	08 - Secretaria Munic. Juventude, Cultura e Esporte
Subunidade	02 - Departamento de Cultura
Função	13 - Cultura
Subfunção	392 - Difusão Cultural
Programa	4095 - Monte Carmelo em Cultura
Projeto/Atividades	2.260 - Gerenciar Política Pública de Cultura
Elemento	3.3.90.39.00.00 - Fonte de Recursos: 100 - Recursos Não Vinculados de Impostos Valor: R\$ 344.000,00

Art. 2º Para cobertura do crédito adicional de natureza suplementar aberto por esta Lei, será utilizada como fonte de recursos a anulação parcial e/ou total do orçamento vigente conforme detalhado abaixo:

Órgão	02 - Poder Executivo
Entidade	02 - Prefeitura Municipal
Unidade	20 - Secretaria Municipal da Fazenda
Subunidade	00 - Secretaria da Fazenda
Função	04 - Administração
Subfunção	123 - Administração Financeira
Programa	4001 - Governo P/ Todos C/ Respons. Eficiência e Transparência
Projeto/Atividades	2.185 - Gestão das Ações da Secretaria da Fazenda
Elemento	3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica - Fonte de Recursos: 100 - Recursos Não Vinculados de Impostos Valor: R\$ 80.000,00
Órgão	02 - Poder Executivo
Entidade	02 - Prefeitura Municipal
Unidade	99 - Reserva de Contingência
Subunidade	00 - Reserva de Contingência
Função	99 - Reserva de Contingência
Subfunção	999 - Reserva de Contingência
Programa	9999 - Reserva de Contingência
Projeto/Atividades	9.999 - Reserva de Contingência
Elemento	9.9.99.99.00.00 - Reserva de Contingência ou Reserva RPPS - Fonte de Recursos: 100 - Recursos Não Vinculados de Impostos Valor: R\$ 60.000,00
Órgão	02 - Poder Executivo
Entidade	02 - Prefeitura Municipal
Unidade	20 - Secretaria Municipal da Fazenda
Subunidade	00 - Secretaria da Fazenda
Função	04 - Administração
Subfunção	123 - Administração Financeira

Programa	4001 - Governo P/ Todos C/ Respons. Eficiência e Transparência
Projeto/Atividades	2.185 - Gestão das Ações da Secretaria da Fazenda
Elemento	3.3.90.40.00.00 - Fonte de Recursos: 100 - Recursos Não Vinculados de Impostos Valor: R\$ 204.000,00

Total Geral: R\$ 344.000,00 (trezentos e quarenta e quatro mil reais)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 06 de dezembro de 2022.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**
ESTADO DE MINAS GERAIS



RESOLUÇÃO SME Nº 04, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2022.

"Dispõe sobre critérios e define procedimentos para inscrição e classificação de candidatos para o exercício de função pública do quadro do magistério na rede municipal de ensino da Secretaria Municipal de Educação de Monte Carmelo."

A Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições, considerando a necessidade de definir critérios e procedimentos para inscrição e classificação de candidatos para o exercício de função pública do quadro do magistério na rede municipal de ensino,

RESOLVE:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Serão abertas inscrições para a designação de candidatos ao exercício de função pública do quadro do magistério nas escolas da rede municipal de ensino em 2023.

Parágrafo único. Para fins do disposto no *caput*, serão tratados como modalidade de ensino:

- I** - o ensino regular;
- II** - a educação especial;
- III** - a educação infantil.

Art. 2º Os candidatos à designação poderão inscrever-se para as seguintes funções, observados os critérios estabelecidos nos Anexos desta Resolução:

- I** - Monitor de Creche, regência de turma – 0 (zero) a 03 (três) anos, com carga horária de 40 h (quarenta horas) semanais;
- II** - Professor de Escola Municipal (PEM I) regente de turma/eventual, com carga horária de 30 h (trinta horas) semanais;
- III** - Professor de Escola Municipal (PEM-I) Educação Especial – AEE (Função Apoio) com carga horária de 30 h (trinta horas) semanais.
- IV** - Professor de Escola Municipal (PEM-II), regente de aulas;

§ 1º A inscrição poderá ocorrer para o exercício na função/componente curricular/área de conhecimento pretendido, para atuar no município, nas modalidades constantes no parágrafo único do art. 1º desta Resolução.

§ 2º A designação para o exercício de função/componente curricular/área de conhecimento obedecerá a classificação em listagem única no município.

Art. 3º O candidato poderá realizar até 3 (três) inscrições, segundo sua livre escolha.

§ 1º A inscrição efetivada para o município permitirá ao candidato concorrer às vagas em todas as unidades escolares da rede municipal de ensino de Monte Carmelo.

§ 2º As inscrições realizadas nos termos desta Resolução, para as funções previstas nos incisos do art. 2º, serão válidas e deverão ser observadas nas designações presenciais que ocorrerão na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 4º O prazo para realização das inscrições, bem como os atos em divulgação, observarão o disposto no Anexo I.

Parágrafo único. As inscrições que apresentarem irregularidades e/ou omissões no seu preenchimento serão indeferidas.

CAPÍTULO II DA INSCRIÇÃO

Art. 5º O candidato deverá efetuar sua inscrição pela internet, por

meio do APP Conecta Monte ou através do site <https://montecarmelomg.appcidades.com.br/>, em conformidade com o cronograma constante no Anexo I disposto deste Edital.

Art. 6º Na inscrição, o candidato deverá efetuar o preenchimento das informações relativas ao (à):

I - número do Cadastro de Pessoas Físicas – CPF;

II - número da Carteira de Identidade

III - habilitação/escolaridade/formação especializada conforme Anexo II desta Resolução

IV - contagem de tempo em dias.

§ 1º Não serão aceitas inscrições por qualquer outro meio não estabelecido nesta Resolução.

§ 2º O correto preenchimento dos dados necessários à inscrição é de exclusiva responsabilidade do candidato.

Art. 7º Finalizado o processo de inscrição, será divulgada listagem que possibilitará ao candidato conferir a classificação.

Art. 8º Não caberá recurso motivado por quaisquer erros ou omissões de responsabilidade do candidato no processo de inscrição.

Art. 9º As informações inseridas pelo candidato no processo de inscrição, que resultarão na sua classificação, deverão ser comprovadas no ato da designação.

Art. 10 A omissão de dados na inscrição e/ou irregularidades detectadas, no momento da designação ou a qualquer tempo, implicarão na desclassificação do candidato e/ou na dispensa de ofício do designado.

CAPÍTULO III DO TEMPO DE SERVIÇO

Art. 11 Para fins de designação, será considerado tempo de serviço aquele exercido na mesma função/componente curricular/área de conhecimento para o qual o candidato concorrer, devendo comprová-lo no ato da designação, desde que:

I - não tenha sido utilizado junto ao Município para concessão de qualquer adicional pecuniário;

II - não tenha sido utilizado para fins de aposentadoria;

III - não seja tempo de serviço paralelo.

§ 1º O tempo exercido em cargo em comissão ou função gratificada na rede municipal de ensino de Monte Carmelo poderá ser computado para se inscrever à mesma função/componente curricular/área de conhecimento que o candidato possuía quando assumiu o referido cargo comissionado ou função gratificada, observado o disposto no *caput* e incisos deste artigo;

§ 2º O tempo de serviço na rede estadual de ensino, outros municípios e/ou instituições particulares também poderá ser utilizado para fins de classificação, observado o disposto no *caput* e incisos deste artigo;

§ 3º O tempo de serviço exercido nas funções de direção, vice-direção e coordenação (gestores) poderá ser computado tanto na contagem de exercício no município, quanto na contagem de exercício em outras unidades, exceto para as inscrições de cargos de disciplina específica e educação especial conforme § 1º.

§ 4º O candidato que possuir tempo no cargo de Professor no Município de Monte Carmelo com atuação na função APOIO à educação especial poderá informar sua contagem tanto para o cargo PEM-I (função Apoio) quanto para PEM-I (Regência / eventual) na realização da inscrição, ressalvando-se que, no ato da designação, a contagem será válida uma única vez apenas para um dos cargos.

§ 5º A contagem de tempo que não constar na função APOIO deverá estar acompanhada de declaração emitida pela instituição de ensino ou órgão responsável, especificando a referida função, bem como o período trabalhado.

CAPÍTULO IV DOS CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO

Art. 12 São critérios de classificação para a designação:

I - aprovação em concurso público municipal vigente para o cargo, no caso de candidato ainda não empossado, observada a ordem de classificação;

II - escolaridade, habilitação e formação especializada conforme o caso;

III - maior tempo de exercício no magistério público municipal de Monte Carmelo;

IV - maior tempo de exercício no magistério público de outros municípios, estadual e/ou instituições particulares;

V - idade maior.

Art. 13 Para atuar na função de Apoio à Comunicação, Linguagens e Tecnologias Assistivas, os candidatos serão classificados em listagem única, observando-se a habilitação/escolaridade exigidas conforme o Anexo II – Quadro I, desta Resolução.

Art. 14 Para atuar como Monitor de Creche (regência de turma – 0 a 03 anos), os candidatos serão classificados em listagem única, observada a escolaridade prevista no Anexo II – Quadro II, desta Resolução.

Art. 15 Para atuar como Professor de Escola Municipal I – PEM-I, na função de regente de turma nos anos iniciais do ensino fundamental/Professor Eventual, EJA e Educação Infantil, os candidatos serão classificados em listagem única, observando-se a escolaridade prevista no Anexo II – Quadro III, desta Resolução.

Art. 16 Os candidatos inscritos para a função de Professor de Escola Municipal II – PEM-II, serão classificados em listagens distintas no município, em cada função/componente curricular/área do conhecimento em que se inscreverem, observando-se a habilitação especializada exigida para cada função conforme estabelecido no Anexo II – Quadro IV, desta Resolução.

Art. 17 O candidato não habilitado deverá apresentar autorização para lecionar a título precário, dentro do prazo de validade estabelecido no documento, devendo ser renovado, se necessário, no decorrer do ano.

Art. 18 Os comprovantes de habilitação/escolaridade/formação especializada, exigidos no Anexo II deverão atender as regularidades de Instituições de Ensino Superior – IES e de cursos superiores, que devem ter registro no Cadastro e-MEC.

CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 19 A divulgação do processo de inscrição de candidatos à designação para o exercício de função pública caberá à Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Planejamento e Comunicação Social.

Art. 20 As listagens classificatórias serão divulgadas no APP Conecta Monte e no Diário Oficial da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo.

Art. 21 A designação de candidatos para exercício de função pública no magistério da rede municipal de ensino obedecerá a ordem de prioridade, observando as listagens:

I - candidato inscrito e aprovado em concurso público municipal vigente para o cargo, no caso de candidato ainda não empossado, observada a ordem de classificação;

II - candidato inscrito habilitado, obedecendo a ordem de classificação na listagem geral de candidatos inscritos;

III - candidato habilitado não inscrito na listagem geral, a partir do segundo edital;

IV - candidato inscrito não habilitado, obedecendo a ordem se for o caso, de classificação na listagem geral.

Art. 22 Os candidatos inscritos, interessados nas vagas que estarão disponíveis, deverão ficar atentos à publicização dos editais de designação, através do APP Conecta Monte e/ou na sede da Secretaria Municipal de Educação, bem como os documentos necessários no ato da designação, especificados pelos referidos editais.

Art. 23 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo 06 de dezembro de 2022.

SIMONE SOUZA RESENDE MUNDIM
Secretária Municipal de Educação

ANEXO I – CRONOGRAMA

DATA/ PERÍODO	ATIVIDADE	ESPECIFICAÇÃO PARA INSCRIÇÕES
02/01/2023 a 11/01/2023	Inscrição de candidatos à designação, interessados, em atuar nas unidades escolares da rede municipal;	Realizar por meio do Aplicativo Conecta Monte ou site https://montecarmelomg.appcidades.com.br/
12/01/2023	Período de retificação de Inscrição	Realizar por meio do Aplicativo Conecta Monte ou site https://montecarmelomg.appcidades.com.br/
16/01/2023	Divulgação da classificação preliminar dos candidatos inscritos	- App Conecta Monte ou site https://montecarmelomg.appcidades.com.br/ - Diário Oficial da Prefeitura de Monte Carmelo
17/01/2023	Divulgação da classificação definitiva dos candidatos inscritos.	- App Conecta Monte ou site https://montecarmelomg.appcidades.com.br/ - Diário Oficial da Prefeitura de Monte Carmelo

ANEXO II – REQUISITOS DE HABILITAÇÃO/ESCOLARIDADE/FORMAÇÃO ESPECIALIZADA, EXIGIDAS PARA ATUAR NA REDE MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

QUADRO I - Habilitação e escolaridade exigidas para atuar no Atendimento Educacional Especializado de Apoio à Comunicação, Linguagens e Tecnologias Assistivas:

FORMAÇÃO ESPECIALIZADA	COMPROVANTE
1º - Licenciatura plena em Educação Especial	- Diploma registrado ou declaração/certidão de conclusão de curso acompanhada do histórico escolar
2º - Pós graduação em Educação Especial ou - Educação Inclusiva ou - Licenciatura plena em qualquer área do conhecimento cujo histórico comprove, no mínimo, 360 (trezentas e sessenta horas) de conteúdos da Educação Especial;	- Certificado de pós-graduação; - Diploma registrado ou declaração/certidão de conclusão de curso acompanhada de histórico escolar
3º - 01 a 06 cursos com, no mínimo, 160 h (cento e sessenta horas) cada, nas áreas de deficiência intelectual, surdez, física, visual, múltipla e Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD), oferecidos por instituições de ensino credenciadas, priorizando-se o candidato que comprovar maior número de cursos em áreas distintas	- Certificados de cursos específicos

QUADRO II - Habilitação e escolaridade exigidas para atuar como Monitor de Creche (regência de turma 0 a 03 anos) – carga horária de 40 h (quarenta horas) semanais:

HABILITAÇÃO/ESCOLARIDADE	COMPROVANTE
- Magistério Nível Médio ou - Licenciatura plena em Pedagogia ou - Curso Normal Superior	- Diploma registrado ou declaração de conclusão de curso acompanhada do histórico escolar

QUADRO III – Habilitação e escolaridade exigidas para atuar como Professor de Escola Municipal – PEM-I (com carga horária 30 horas), Regente de Turma nos anos iniciais do Ensino Fundamental, Professor Eventual, EJA e Educação Infantil:

HABILITAÇÃO/ESCOLARIDADE	COMPROVANTE
- Licenciatura plena em Pedagogia ou - Curso Normal Superior	- Diploma registrado ou declaração de conclusão de curso acompanhada do histórico escolar

QUADRO IV – Habilitação e escolaridade exigidas para atuar como Professor de Escola Municipal – PEM-II, Regente de Aulas nos anos finais do ensino fundamental:

Observações:

- Para lecionar o componente curricular – Língua Estrangeira, o candidato não habilitado deverá comprovar, por meio do histórico escolar do curso superior, formação mínima de 90 (noventa) horas em conteúdos correspondentes.

-As linguagens artísticas definidas pelo § 6º do art. 26 da Lei nº 9.394/1996: Artes Visuais, Dança, Música e Teatro, bem como as Artes Cênicas e Plásticas habilitam para lecionar na Educação Básica o Componente Curricular “Arte”.

HABILITAÇÃO/ESCOLARIDADE	COMPROVANTE
1º - Licenciatura plena com habilitação específica no componente da convocação ou - Licenciatura plena na área de Linguagens ou de Ciências Humanas ou de Ciências da Natureza ou de Matemática, com habilitação no componente curricular específico da convocação ou - Licenciatura plena regulamentada pela Portaria MEC nº 399/1989, com habilitação específica no componente da convocação ou - Bacharelado ou Tecnológico acrescido de curso de formação pedagógica para graduados não licenciados (realizado nos termos da legislação específica) com habilitação para lecionar o componente da convocação ou - Registro “D” (Definitivo) ou Registro “S” (Suficiência), com habilitação específica no componente da convocação para docência no Ensino Médio	- Diploma registrado ou declaração/certidão de conclusão de curso acompanhada do histórico escolar - Certificado de curso de formação pedagógica - Registro “D” ou Registro “S”
2º - Licenciatura curta com habilitação específica no componente da convocação ou - Licenciatura plena regulamentada pela Portaria MEC nº 399/1989, da qual conste habilitação para os Anos Finais do Ensino Fundamental, específica no componente da convocação ou - Registro “D” (Definitivo) ou Registro “S” (Suficiência), com habilitação específica no componente da convocação, para docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental	- Diploma registrado ou - Registro “D” ou Registro “S”
3º - Matrícula e frequência a partir dos 3 (três) últimos períodos, em curso de licenciatura, com habilitação específica no componente da convocação	- Autorização para lecionar 1ª prioridade

4º	- Bacharelado ou tecnológico com habilitação específica no componente da convocação ou - Licenciatura plena com habilitação em outro componente curricular, cujo histórico comprove formação para o componente da convocação ou - Licenciatura plena com habilitação em outro componente curricular, acrescida de pós-graduação (<i>lato sensu</i> ou <i>stricto sensu</i>) com habilitação específica no componente da convocação	- Autorização para lecionar 2ª prioridade
5º	- Licenciatura curta com habilitação em outro componente curricular, cujo histórico comprove formação para o componente da convocação ou - Licenciatura curta com habilitação em outro componente curricular, acrescida de pós-graduação (<i>lato sensu</i> ou <i>stricto sensu</i>) com habilitação específica no componente da convocação ou - Bacharelado ou tecnológico, em outra área do conhecimento, cujo histórico comprove formação para o componente da convocação ou - Bacharelado ou tecnológico, em outra área do conhecimento, acrescido de pós-graduação (<i>lato sensu</i> ou <i>stricto sensu</i>) com habilitação específica no componente da convocação	- Autorização para lecionar 3ª prioridade
6º	- Matrícula e frequência a partir do 3º período, exceto nos três últimos, em curso de licenciatura, com habilitação específica no componente da convocação ou - Matrícula e frequência a partir dos 03 (três) últimos períodos, em curso de bacharelado ou tecnológico, com habilitação específica no componente da convocação	- Autorização para lecionar 4ª prioridade
7º	- Matrícula e frequência a partir do 3º período, em curso de licenciatura, com habilitação em outro componente curricular, cujo histórico comprove formação para o componente da convocação ou - Matrícula e frequência a partir do 3º período exceto nos três últimos, em curso de bacharelado ou tecnológico, com habilitação específica no componente da convocação	- Autorização para lecionar 5ª prioridade
8º	- Matrícula e frequência a partir do 3º período, em curso de bacharelado ou tecnológico, de outra área do conhecimento, cujo histórico comprove formação para o componente da convocação	- Autorização para lecionar 6ª prioridade
9º	Específico para Língua Espanhola/Língua Inglesa	- Autorização para lecionar 7ª prioridade
10º	- Curso de licenciatura ou bacharelado ou tecnológico em qualquer área do conhecimento ou - Matrícula e frequência a partir do 3º período, em curso de licenciatura ou bacharelado ou tecnológico, em qualquer área do conhecimento, acrescidos de: - comprovante(s) de curso(s) de capacitação ou aperfeiçoamento ou qualificação ou extensão, com formação específica no componente da convocação, perfazendo carga horária mínima de 160 (cento e sessenta) horas ou - comprovante de matrícula e frequência em escola de idiomas, no mínimo em nível intermediário ou - experiência profissional específica no componente da convocação, atestada por autoridade de ensino da localidade Específico para Arte: - Curso de licenciatura ou bacharelado ou tecnológico em qualquer área do conhecimento, acrescido de curso técnico com habilitação correspondente ou correlata, em uma das linguagens artísticas estabelecidas no § 6º do art. 26 da Lei nº 9.394/1996, com carga horária mínima de 800 (oitocentas) horas. Específico para Arte: - Curso de licenciatura ou bacharelado ou tecnológico em qualquer área do conhecimento ou - Matrícula e frequência a partir do 3º período em curso de licenciatura ou bacharelado ou tecnológico em qualquer área do conhecimento, acrescidos de: - comprovante(s) de curso(s) de capacitação ou aperfeiçoamento ou qualificação ou extensão, específico(s) em uma das linguagens artísticas estabelecidas no § 6º do art. 26 da Lei nº 9.394/1996, perfazendo carga horária mínima de 160 (cento e sessenta) horas ou - Experiência profissional em uma das linguagens artísticas estabelecidas no § 6º do art. 26 da Lei nº 9.394/1996, atestada por autoridade de ensino da localidade	- Autorização para lecionar 8ª prioridade

Aulas do componente curricular **EDUCAÇÃO FÍSICA**, nos Anos Finais do Ensino Fundamental do ENSINO REGULAR:

Observação:

Nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, o componente curricular de Educação Física será ministrado, por docente habilitado em curso de licenciatura plena em Educação Física. Na ausência desse profissional, as aulas serão ministradas como atividades extracurriculares, abrangendo práticas socioeducativas diversas desenvolvidas no âmbito do desporto educacional, pelo próprio Regente de Turma, conforme a Lei Estadual nº 17.942/2008.

HABILITAÇÃO/ESCOLARIDADE	COMPROVANTE
1º - Licenciatura plena em Educação Física ou - Bacharelado em Educação Física, acrescido de curso de formação pedagógica para graduados não licenciados (realizado nos termos da legislação específica), com habilitação em Educação Física	- Diploma registrado ou declaração/certidão de conclusão de curso acompanhada do histórico escolar - Certificado de curso de formação pedagógica;
2º - Licenciatura curta em Educação Física	- Diploma registrado
3º - Matrícula e frequência a partir dos 3 (três) últimos períodos em curso de licenciatura em Educação Física	Autorização para lecionar 1ª prioridade
4º - Matrícula e frequência a partir do 3º período, exceto nos três últimos em curso de licenciatura em Educação Física ou - Bacharelado em Educação Física	Autorização para lecionar 2ª prioridade
5º - Matrícula e frequência a partir do 3º período em curso de Bacharelado em Educação Física	Autorização para lecionar 3ª prioridade
6º - Estudos Adicionais em Educação Física ou - Curso Técnico em Educação Física	Autorização para lecionar 4ª prioridade
7º - Curso de licenciatura ou bacharelado ou tecnológico em qualquer área do conhecimento, acrescido de: - Curso de especialização (<i>latu sensu</i>), com formação específica em Educação Física e carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas ou - Curso de capacitação ou aperfeiçoamento ou qualificação ou extensão, com formação específica em Educação Física e carga horária mínima de 160 (cento e sessenta) horas ou - Experiência docente em Educação Física, atestada por autoridade de ensino da localidade	Autorização para lecionar 5ª prioridade

Para atuar como Regente de Aulas do componente curricular **ENSINO RELIGIOSO**, nos Anos Finais do Ensino Fundamental do ENSINO REGULAR:

HABILITAÇÃO/ESCOLARIDADE	COMPROVANTE
1º - Licenciatura plena em Ensino Religioso, Ciências da Religião ou Educação Religiosa ou - Licenciatura plena em qualquer área do conhecimento, cuja matriz curricular inclua conteúdo relativo a Ciências da Religião, Metodologia e Filosofia do Ensino Religioso ou Educação Religiosa, com carga horária mínima de 500 (quinhentas) horas ou - Licenciatura plena em qualquer área do conhecimento, acrescida de pós-graduação (<i>stricto sensu</i>), em nível de mestrado ou doutorado, em Ensino Religioso ou Ciências da Religião, recomendado pela CAPES ou - Bacharelado ou tecnológico acrescido de curso de formação pedagógica para graduados não licenciados (realizado nos termos da legislação específica), em qualquer área do conhecimento, acumulado de pós-graduação (<i>stricto sensu</i>), em nível de mestrado ou doutorado, em Ensino Religioso ou - Ciências da Religião, recomendado pela CAPES ou - Licenciatura plena em qualquer área do conhecimento acrescida de pós-graduação (<i>latu sensu</i>) em Ensino Religioso ou Ciências da Religião, com carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas e oferecida por instituição de ensino superior credenciada, nos termos da Lei Federal nº 9.394/1996 ou - Bacharelado ou tecnológico acrescido de curso de formação pedagógica para graduados não licenciados (realizado nos termos da legislação específica), em qualquer área do conhecimento, acumulado de pós-graduação (<i>latu sensu</i>) em Ensino Religioso ou Ciências da Religião, com carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas e oferecida por instituição de ensino superior credenciada, nos termos da Lei Federal nº 9.394/1996 ou - Licenciatura plena em qualquer área do conhecimento acrescida de curso de	- Diploma registrado ou declaração/certidão de conclusão de curso acompanhada do histórico escolar - Certificado de Curso de Metodologia e Filosofia do Ensino Religioso - Certificado de curso de formação pedagógica - Certificado do curso de pós-graduação (<i>latu sensu</i> ou <i>stricto sensu</i>) - Registro "D" ou registro "S"

Metodologia e Filosofia do Ensino Religioso, oferecido até 06/01/2005 (data de publicação da Lei nº 15.434/2005), por entidade ou instituição de ensino credenciada e reconhecida pela SEE/MG ou - Bacharelado ou tecnológico acrescido de curso de formação pedagógica para graduados não licenciados (realizado nos termos da legislação específica), em qualquer área do conhecimento, acumulado de curso de Metodologia e Filosofia do Ensino Religioso, oferecido até 06/01/2005 (data de publicação da Lei nº 15.434/2005), por entidade ou instituição de ensino credenciada e reconhecida pela SEE/MG ou - Registro "D" (Definitivo) ou "S" (Suficiência) para o Ensino Médio, em qualquer área do conhecimento, oferecido de curso de Metodologia e Filosofia do Ensino Religioso, oferecido até 06/01/2005 (data de publicação da Lei nº 15.434/2005), por entidade ou instituição de ensino credenciada e reconhecida pela SEE/MG	- Diploma registrado - Histórico escolar
2º - Licenciatura curta em qualquer área do conhecimento, cuja matriz curricular inclua conteúdo relativo a Ciências da Religião, Metodologia e Filosofia do Ensino Religioso ou Educação Religiosa, com carga horária mínima de 500 (quinhentas) horas	- Diploma registrado - Certificado do curso de pós-graduação (<i>latu sensu</i>) em Ensino Religioso ou Ciências da Religião
3º - Licenciatura curta em qualquer área do conhecimento, acrescida de pós-graduação (<i>latu sensu</i>) em Ensino Religioso ou Ciências da Religião, com carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas, oferecida por instituição de ensino superior credenciada, nos termos da Lei Federal nº 9394/1996	- Diploma registrado - Certificado do curso de Metodologia e Filosofia do Ensino Religioso - Registro "D" ou "S" e Certificado do curso de Metodologia e Filosofia do Ensino Religioso
4º - Licenciatura curta em qualquer área do conhecimento, acrescida de curso de Metodologia e Filosofia do Ensino Religioso, oferecido até 06/01/2005 (data de publicação da Lei nº 15.434/2005), por entidade ou instituição de ensino credenciada e reconhecida pela SEE/MG ou - Registro "D" (Definitivo) ou "S" (Suficiência) para o Ensino Fundamental, em qualquer área do	

conhecimento, acrescido de Curso de Metodologia e Filosofia do Ensino Religioso, oferecido até 06/01/2005 (data de publicação da Lei nº 15.434/2005), por entidade ou instituição de ensino credenciada e reconhecida pela SEE/MG	Autorização para lecionar 1ª prioridade
5º - Matrícula e frequência a partir dos 03 (três) últimos períodos, em Curso de licenciatura em Ensino Religioso ou Ciências da Religião ou Educação Religiosa	Autorização para lecionar 2ª prioridade
6º - Licenciatura plena em qualquer área do conhecimento, cuja matriz curricular inclua conteúdo relativo a Ciências da Religião, Metodologia e Filosofia do Ensino Religioso ou Educação Religiosa	Autorização para lecionar 3ª prioridade
7º - Matrícula e frequência a partir do 3º período, exceto nos três últimos, em curso de licenciatura em Ensino Religioso ou Ciências da Religião ou Educação Religiosa	Autorização para lecionar 4ª prioridade
8º - Matrícula e frequência, a partir do 3º período, em curso de licenciatura em qualquer área do conhecimento, cuja matriz curricular inclua conteúdo relativo a Ciência da Religião, Metodologia e Filosofia do Ensino Religioso ou Educação Religiosa ou - Matrícula e frequência em qualquer período, em curso de licenciatura em qualquer área do conhecimento, acrescido de certificado em curso de Metodologia e Filosofia do Ensino Religioso oferecido até 06/01/2005 (data de publicação da Lei nº 15.434/2005), por entidade ou instituição de ensino credenciada e reconhecida pela SEE/MG	
9º - Curso Normal em Nível Médio, acrescido de certificado de curso de Metodologia e Filosofia do Ensino Religioso oferecido até 06/01/2005 (data de publicação da Lei nº 15.434/2005), por entidade ou instituição de ensino credenciada e reconhecida pela SEE/MG	Autorização para lecionar 5ª prioridade



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG. AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO Nº 118/2022 NA FORMA: ELETRÔNICA. A Secretaria Municipal de Fazenda, torna público que fará realizar no dia 20 de dezembro de 2022, às 09:00 horas o Pregão nº 118/2022 – Modo de Disputa Aberto na Forma Eletrônica, tipo menor preço por item. Objeto: Refere-se à Aquisição de Equipamentos e Mobiliários Escolares para Atender as Necessidades da Secretaria Municipal de Educação, conforme Convênio nº 1261002178/2022-SEE, firmado entre a Secretaria de Estado de Educação/MG e o Município de Monte Carmelo-MG.

Licitação Regionalizada para Participação Exclusiva de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparadas. Entrega das Propostas: a partir de 08/12/2022 no site www.licitanet.com.br. Abertura da Sessão do Pregão Eletrônico: 20/12/2022 a partir das 09h20min no site www.licitanet.com.br. Para obterem maiores informações os interessados poderão procurar o Setor de Licitação, de 08:00 às 11:30, e de 13:30 às 17:00 ou ligue (34) 3842-5880 ou ainda pelo e-mail licitacao@montecarmelo.mg.gov.br. O edital encontra-se a disposição dos interessados nos sites www.montecarmelo.mg.gov.br e www.licitanet.com.br, ou na sede da Prefeitura. Data do Edital: 29/11/2022. Monte Carmelo, 07 de dezembro de 2022. Iscleris Wagner Gonçalves Machado – Pregoeiro.



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG. AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO Nº 119/2022 NA FORMA: ELETRÔNICA.

A Secretaria Municipal de Fazenda, torna público que fará realizar no dia 20 de dezembro de 2022, às 14:00 horas o Pregão nº 119/2022 – Modo de Disputa Aberto na Forma Eletrônica, tipo menor preço por item. Objeto: Refere-se à Aquisição de Equipamentos e Mobiliários Escolares para Atender as Necessidades da Secretaria Municipal de Educação, conforme Convênio nº 1261002396/2022-SEE, firmado entre a Secretaria de Estado de Educação/MG e o Município de Monte Carmelo-MG. Licitação Regionalizada para Participação Exclusiva de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparadas. Entrega das Propostas: a partir de 08/12/2022 no site www.licitanet.com.br. Abertura da Sessão do Pregão Eletrônico: 20/12/2022 a partir das 14h20min no site www.licitanet.com.br. Para obterem maiores informações os interessados poderão procurar o Setor de Licitação, de 08:00 às 11:30, e de 13:30 às 17:00 ou ligue (34) 3842-5880 ou ainda pelo e-mail licitacao@montecarmelo.mg.gov.br. O edital encontra-se a disposição dos interessados nos sites www.montecarmelo.mg.gov.br e www.licitanet.com.br, ou na sede da Prefeitura. Data do Edital: 29/11/2022. Monte Carmelo, 07 de dezembro de 2022. Iscleris Wagner Gonçalves Machado – Pregoeiro.

EXPEDIENTE

**DIÁRIO OFICIAL
DO MUNICÍPIO**

ÓRGÃO INFORMATIVO DA PREFEITURA
MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

RESPONSÁVEL: BRUNA LAÍS DE OLIVEIRA

TELEFONE: (34)3842-5880 - RAMAL 228

ACESSE: www.montecarmelo.mg.gov.br